



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

LEI Nº 399/97

de 13 de Outubro de 1997

Publicado no Placard

EM 13 / 10 / 1997

Secretário

Mário Lúcio Cardoso  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL  
PARA O PERÍODO DE 1998 a 2001 E  
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ ' Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art.1º - Fica aprovado o Plano Plurianual da Prefeitura Municipal de Araguapaz, para o período de 1.998 a 2001, de acordo com os anexos que a esta acompanha, fazendo parte integrante e elucidativa de seu texto.

Art.2º - Os objetivos e as diretrizes de Plano Plurianual visam estimular o desenvolvimento físico-territorial, Sócio-econômico e institucional-administrativo do Município, para proporcionar melhores condições de vida à sua população, podendo para tanto isoladamente ou em consórcio com municípios limítrofes, celebrar contratos e convênios com entidades estatais, para-estatais e autarquias, particulares, concessionárias de serviços de utilidade pública.

Art.3º - A partir da vigência desta Lei os órgãos que integram a estrutura do município utilizarão o Plano Plurianual as diretrizes orçamentárias e o orçamento programa como instrumento básico para a disciplina de todas a sua atividades.

Art.4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais, de período, serão ajustadas as importâncias consignadas aos Projetos e atividades podendo, em decorrência da elaboração da receita, serem criados novos projetos e suprimidos ou reformulados projetos e atividades constantes dos anexos desta Lei.

Parágrafo Único - As importâncias referentes aos exercícios de 1.998 a 2001, estimadas a preços de 1.997, poderão ser corrigidas monetariamente segundo a variação índice definidos pelo Governo Federal para tal fim, por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes aqueles exercícios.



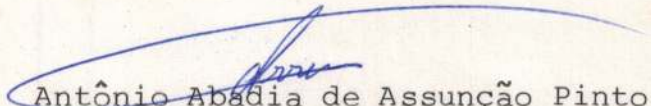


**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ**

Art.5º - As Diretrizes orçamentárias anuais de 1.998, a 2.001, deverão obedecer em detalhadamente as metas constantes desta Lei, com ressalva das modificações que se fizerem necessárias no decorrer de sua execução, que poderão ser feitas através de atos do Poder Executivo Municipal.

Art.6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguapaz  
aos 13 dias do mês de Outubro de 1.997.

  
Antônio Abadia de Assunção Pinto  
Prefeito municipal





ESTADO DE GOIÁS  
Câmara Municipal de Araguapaz

AUTOGRÁFO Nº 399/97 DE 10 / 10 / 1997

"Dispõe sobre o plano Plurianual para o período de 1998 a 2001 e da outras providências".

A Câmara Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, aprovou e o Prefeito Municipal de Sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Plurianual da Prefeitura Municipal de Araguapaz, para o período de 1.998 a 2.001, de acordo com os anexos que a esta acompanha, fazendo parte integrante e elucidativa de seu texto.

Art. 2º - Os objetivos e as diretrizes do Plano Plurianual visam estimular o desenvolvimento físico-territorial, sócio-econômico e institucional-administrativo do Município, para proporcionar melhores condições de vida à sua população, podendo para tanto isoladamente ou em consórcio com municípios limítrofes, celebrar contratos e convênios com entidades estatais, para-estatais e autarquias, particulares, concessionárias de serviços de utilidade pública.

Art. 3º - A partir da vigência desta Lei os órgãos que integram a estrutura do município utilizarão o Plano Plurianual as diretrizes orçamentárias e o orçamento programa como instrumentos básicos para a disciplina de todas as suas atividades.

Art. 4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais, de período, serão ajustadas as importâncias consignadas aos Projetos e atividades podendo, em decorrência da elaboração da receita, serem criados novos projetos e suprimidos ou reformulados





ESTADO DE GOIÁS  
Câmara Municipal de Araguapaz

Parágrafo Único - As importâncias referentes aos exercícios de 1.998 a 2.001, estimadas a preços de 1.997, poderão ser corrigidas monetariamente segundo a variação índices definidos pelo Governo Federal para tal fim, por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes aqueles exercícios.

Art. 5º - As Diretrizes orçamentárias anuais de 1.998, a 2.001, deverão obedecer em detalhamento as metas constantes desta lei, com ressalva das modificações que se fizerem necessárias no decorrer de sua execução, que poderão ser feitas através de atos do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

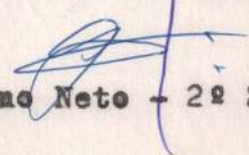

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araguapaz, aos 10 dias do mês de outubro de 1997.



Domingos Reis Ferraz de Lima - Presidente



Helio Viana Sabino - 1º Secretário



Geraldo Paulino Neto - 2º Secretário